

Incentivo pela redução da taxa de juros ?!

Ricardo Tadeu Martins

Economista

rmartins@planner.com.br

+55 11 2172-2605

O problema não é “incentivo para crescer”, mas sim “dúvida para crescer”

O IPCA de fevereiro, de 0,43%, mostrou uma alta sem consistência, pois traz movimentos isolados de alimentos, face às chuvas, e educação, face ao movimento sazonal de início de ano. Além disso, a média da maioria dos núcleos desacelerou de janeiro para fevereiro.

A alta das vendas do varejo em janeiro, de 0,4% sobre dezembro, continuou sendo determinada por itens básicos do segmento de hiper e supermercados, não sinalizando então melhor recuperação, pois o ritmo se comparado em 12 meses vem caindo desde março de 2018, quando o crescimento era de 3,8%, desacelerando para 2,3% em dezembro e 2,2% em janeiro. Renda estabilizada e expectativas de crescimento em revisões para baixo não incentivam maior comprometimento.

A taxa de desemprego de novembro de 2018 a janeiro de 2019 atingiu 12%, o que representa um aumento frente ao período de agosto a outubro de 2018, de 11,7%, mas ligeira redução na comparação com igual período do ano anterior, de 12,2. Embora haja reflexo do início da dispensa de trabalhadores temporários contratados no fim do ano, a taxa em nada incentiva o consumo e a produção.

A produção industrial de janeiro caiu 0,8% em relação a dezembro e 2,6% em relação a janeiro de 2018, demonstrando a continuidade de perda de dinamismo do 2º semestre de 2018, face às expectativas de reformas necessárias a melhor performance das contas públicas.

Ou seja, por esses poucos, mas relevantes indicadores, fica claro que o alto nível de desemprego ainda não incentiva a demanda das famílias, provocando adiamento de consumo e consequentemente decisões de investimentos por parte das empresas.

E é por isso que achamos que apesar da inflação controlada e expectativas ancoradas, reduzir a taxa de juros tão cedo não é negócio, pois o grande entrave não está no ambiente econômico, mas sim político, que ainda não sinalizou na prática os ajustes necessários, como a reforma da previdência, e cada dia mais se compromete pela falta de articulação de uma base política que será responsável em apreciar e votar. Quanto mais o tempo passa mais ganha forma a antiga política do “toma lá, dá cá” tão combatida pelo novo governo.

Logo, a ideia de que é necessário mais estímulos via taxa de juros é improcedente pelos indicadores demonstrados e uma redução serviria apenas para empresas melhorarem seu perfil de dívida com alongamento e redução de custo. Também não serviria como um “gatilho” pós aprovação da reforma, pois há incentivo de sobra na economia e uma guinada necessária via “viés de alta” seria muito danosa a um BC que acabou de tomar posse.

O Copom não vai se pautar nisso, pois ...

“O cenário externo permanece desafiador;”

“O Comitê enfatiza que a continuidade do processo de reformas e ajustes necessários na economia brasileira é essencial para a manutenção da inflação baixa no médio e longo prazos, para a queda de juros estrutural e para a recuperação sustentável da economia. O Comitê ressalta ainda que a percepção de continuidade da agenda de reformas afeta as expectativas e projeções macroeconômicas correntes”;

“O Comitê julga importante observar o comportamento da economia brasileira ao longo do tempo, com menor grau de incerteza e livre dos efeitos dos diversos choques a que foi submetida no ano passado. O Copom entende que esta avaliação demanda tempo e não deverá ser concluída a curto prazo;”

“O Copom avalia que cautela, serenidade e perseverança nas decisões de política monetária, inclusive diante de cenários voláteis, tem sido úteis na perseguição de seu objetivo precípua de manter a trajetória da inflação em direção às metas.”

DISCLAIMER

Este relatório foi preparado pelo Departamento Econômico da Planner Corretora de Valores por profissional qualificado e está sendo fornecido exclusivamente com o objetivo de informar. As opiniões, estimativas e projeções referem-se à data presente e estão sujeitas às mudanças como resultado de alterações nas condições de mercado, sem aviso prévio. As informações utilizadas neste relatório foram obtidas de fontes públicas, julgadas confiáveis e de boa fé. Contudo, não foram independentemente conferidas e nenhuma garantia, expressa ou implícita, são dadas sobre sua exatidão. O Departamento Econômico da Planner Corretora de Valores não se responsabiliza por quaisquer atos ou decisões tomadas com base neste relatório. Nenhuma parte deste relatório pode ser copiada ou redistribuída sem prévio consentimento do Departamento Econômico da Planner Corretora de Valores.

Economista - Ricardo Tadeu Martins, Corecon-SP 21.394-2, OEB 9.640, CNPI 1.442.

Fontes deste relatório: Valor Econômico, Valor Data, Estadão, Folha, O Globo, IBGE, FGV, BCB, Pesquisa Focus, além das citadas no texto.